

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÍBA-RN

## CONCURSO PÚBLICO

### GUARDA CIVIL MUNICIPAL – TIPO A

Frase: **A persistência é a chave do sucesso.**  
(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)

#### SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **50 (cinquenta)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinada às respostas das questões objetivas.

#### TEMPO

- **04h (quatro horas)** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação na **Folha de Respostas** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

#### NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

#### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, e no **Cartão de Respostas**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinada, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

### Floresta em risco e inovação

Plataforma desenvolvida pelo Ipam e pelo Banco Mundial prevê risco de desmatamento e estima futuras áreas desmatadas na Amazônia Legal

A Amazônia, uma terra de riqueza natural incomparável, é um dos ecossistemas mais difíceis de proteger no mundo. E se pudéssemos prever as áreas com maior risco de desmatamento, poderíamos proteger melhor a floresta?

Uma plataforma desenvolvida pelo Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e pelo Banco Mundial faz exatamente isso. Ela prevê o risco de desmatamento e estima as futuras áreas desmatadas nos estados da Amazônia Legal.

Chamada de Painel Floresta em Risco, lançada na semana passada, apresenta o desmatamento na Amazônia brasileira como fruto da relação entre a vulnerabilidade das áreas de vegetação nativa, a governança ambiental e os fatores macroeconômicos. Variáveis econômicas, especialmente os preços dos produtos agrícolas e a taxa de câmbio real, afetam diretamente o retorno das atividades extrativas e, portanto, a demanda por terras marginais e, assim, o desmatamento —incluindo através de atividades ilegais como a grilagem ou o garimpo.

A oscilação nessas variáveis é usada para estimar a quantidade de desmatamento esperada, os locais com maior risco de ser desmatado, assim como a possibilidade de vazamentos —quando o desmatamento não é eliminado, mas apenas "transferido" para outra região.

O Painel permite que os usuários explorem e comparem três diferentes cenários de risco de desmatamento. O primeiro cenário "business as usual" (BAU) fornece uma projeção das tendências de desmatamento com base nas condições macroeconômicas esperadas nos próximos anos. No entanto, não inclui qualquer mudança esperada nas políticas de proteção.

No segundo cenário, a ferramenta exibe taxas de desmatamento com base apenas na tendência histórica, "historical reference level" (HRL), sem efeitos econômicos.

O terceiro é o cenário de governança ambiental "Governance" (GOV), que simula o impacto de possíveis mudanças de política nas taxas de desmatamento por meio do aumento da proteção de áreas florestais via designação do uso das terras.

A ferramenta fornece uma representação visual desses cenários e permite que os usuários observem como o risco de desmatamento interage com territórios indígenas e áreas de conservação. O objetivo é tornar acessíveis

ao público dados complexos sobre futuras pressões de desmatamento e embasar o planejamento e a implementação de estratégias de conservação. A plataforma será atualizada anualmente com novos dados sobre as condições macroeconômicas previstas e o desmatamento observado.

A complexidade do ecossistema amazônico e a interação multifacetada de fatores econômicos e sociais exigem abordagens adaptáveis e multidisciplinares. A plataforma desenvolvida pelo IPAM e pelo Banco Mundial é um passo à frente nessa direção para preservar um dos tesouros naturais mais preciosos do mundo.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 7 mai. 2024.

### Questão 01

Em "A oscilação nessas variáveis é usada para estimar a quantidade de desmatamento esperada, os locais com maior risco de ser desmatado, assim como a possibilidade de vazamentos — **quando o desmatamento não é eliminado, mas apenas "transferido" para outra região**", o segmento em destaque, em relação ao que se enuncia anteriormente, apresenta valor semântico de

- (A) especificação.
- (B) exemplificação.
- (C) explicitação.
- (D) enumeração.
- (E) explicação.

### Questão 02

Quanto às informações apresentadas no texto em questão, infere-se que

- (A) a plataforma impede que ocorram os desmatamentos como ocorriam até então, revelando-se a salvação da Amazônia, no longo prazo.
- (B) apesar de restrita à vigilância de terras indígenas e áreas de conservação, o programa tem alcance de resultados por longo período à frente.
- (C) uma das possibilidades do programa é associar as políticas de proteção às formas de exploração de riquezas conforme a demanda internacional.
- (D) uma das possibilidades de leitura do desmatamento se dá com a alimentação do programa com dados históricos de como foi o desmatamento na última década, por exemplo.
- (E) a tecnologia possibilita o desenvolvimento de programas que podem funcionar, no longo prazo, como armas contra a destruição da Amazônia,

### Questão 03

Considerando os excertos a seguir, é correto atestar que aquele composto na voz ativa é:

- (A) "[...] quando o desmatamento não é eliminado, mas apenas "transferido" para outra região".
- (B) "A plataforma será atualizada anualmente com novos dados sobre as condições macroeconômicas previstas e o desmatamento observado".
- (C) "A oscilação nessas variáveis é usada para estimar a quantidade de desmatamento esperada [...]".
- (D) "No entanto, não inclui qualquer mudança esperada nas políticas de proteção".
- (E) "[...] os locais com maior risco de ser desmatado, assim como a possibilidade de vazamentos [...]".

### Questão 04

Ignorando as alterações de sentido, o período "No entanto, não inclui qualquer mudança esperada nas políticas de proteção" poderia ser alterado, de acordo com a norma culta, para

- (A) "No entanto, não existe quaisquer mudanças esperadas nas políticas de proteção".
- (B) "No entanto, não haveria de existir qualquer mudanças esperadas nas políticas de proteção".
- (C) "No entanto, não deveria existir quaisquer mudanças esperadas nas políticas de proteção".
- (D) "No entanto, não poderiam haver quaisquer mudanças esperadas nas políticas de proteção".
- (E) "No entanto, não haveriam de existir quaisquer mudanças esperadas nas políticas de proteção".

### Questão 05

De acordo com a norma culta, o trecho "E se pudéssemos prever as áreas com maior risco de desmatamento, poderíamos proteger melhor a floresta?" poderia ser alterado para:

- (A) E se prevêssemos as áreas com maior risco de desmatamento, poderíamos proteger melhor a floresta?
- (B) E se previermos as áreas com maior risco de desmatamento, poderemos proteger melhor a floresta?
- (C) E quando prevermos as áreas com maior risco de desmatamento, poderemos proteger melhor a floresta?
- (D) E se previrmos as áreas com maior risco de desmatamento, poderíamos proteger melhor a floresta?
- (E) E quando previrmos as áreas com maior risco de desmatamento, poderemos proteger melhor a floresta?

### Questão 06

Dentre as siglas apresentadas a seguir, assinale aquela grafada corretamente, tal qual ocorre em "Uma plataforma desenvolvida pelo **Ipam** (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e pelo Banco Mundial faz exatamente isso".

- (A) Onu.
- (B) Usp.
- (C) FUNDEB.
- (D) Ideb.
- (E) ENADE.

### Questão 07

O segmento evidenciado em "O terceiro é o cenário de governança ambiental "Governance" (GOV), que **simula o impacto de possíveis mudanças** de política nas taxas de desmatamento por meio do aumento da proteção de áreas florestais via designação do uso das terras" pode ser alterado, segundo a norma culta e independentemente da mudança de sentido, para

- (A) "Faz apologia do impacto de possíveis mudanças".
- (B) "Assiste o impacto de possíveis mudanças".
- (C) "Aspira o impacto de possíveis mudanças".
- (D) "Esquece do impacto de possíveis mudanças".
- (E) "Almeja ao impacto de possíveis mudanças".

### Questão 08

Considerando-se o excerto "No segundo cenário, a ferramenta *exibe* taxas de desmatamento com base apenas na tendência histórica, "historical reference level" (HRL), sem efeitos econômicos", pode-se afirmar que o número de palavras que, isoladamente, desempenham papel adjetivo corresponde a

- (A) três.
- (B) uma.
- (C) duas.
- (D) quatro.
- (E) cinco.

### Questão 09

No termo destacado em "A Amazônia [...] é um dos **ecossistemas** mais difíceis de proteger no mundo", o elemento "eco" apresenta sentido em sua origem. Considerando-se o exposto, dentre os termos elencados a seguir, aquele cujo elemento "eco" apresenta esse mesmo sentido é:

- (A) Ecolalia.
- (B) Ecobatímetro.
- (C) Ecosonda.
- (D) Economia.
- (E) Ecopatia.

### Questão 10

O valor semântico apresentado pelo segmento ressaltado em "A plataforma desenvolvida pelo Ipam e pelo Banco Mundial é um passo à frente nessa direção para preservar um dos tesouros naturais mais preciosos do mundo" é de

- (A) conformidade.
- (B) explicação.
- (C) finalidade.
- (D) consequência.
- (E) causalidade.

### Matemática

---

### Questão 11

Ao fatorar completamente o polinômio  $f(x) = x^3 - 7x^2 + 14x - 8$ , tem-se  $f(x)$  igual a

- (A)  $(x + 1)(x - 2)(x - 4)$ .
- (B)  $(x - 1)(x - 2)^2$ .
- (C)  $(x - 1)(x - 2)(x - 4)$ .
- (D)  $(x + 1)(x + 2)(x + 4)$ .
- (E)  $(x - 2)(x^2 - 5x + 4)$ .

### Questão 12

Considerando os números complexos  $z_1 = 3 + 2i$  e  $z_2 = 4 - 3i$ , é correto afirmar que a parte real e a parte imaginária de  $z_3 = (z_1 + z_2)/(z_1 - z_2)$  são, respectivamente,

- (A)  $-1/13$  e  $-17/13$ .
- (B)  $1/2$  e  $-1/2$ .
- (C)  $-6/13$  e  $-17/13$ .
- (D)  $1/13$  e  $17/13$ .
- (E)  $6/13$  e  $17/13$ .

### Questão 13

O máximo divisor comum (MDC) dos polinômios

$$f(x) = x^3 - 7x + 6 \text{ e } g(x) = x^2 - 1 \text{ é}$$

- (A)  $x - 1$ .
- (B)  $x^2 + 1$ .
- (C)  $x^2 - 1$ .
- (D)  $1$ .
- (E)  $x + 1$ .

### Questão 14

Em um mapa com escala de 1:5.000, duas cidades estão conectadas por uma estrada reta cuja representação tem 8 centímetros. Recentemente, uma torre de transmissão foi construída entre as duas cidades, de modo que, no mapa, sua distância a uma das cidades é de 3 centímetros e à outra é de 5 centímetros. Diante disso, pode-se afirmar que, em relação à cidade mais próxima, a torre está localizada a

- (A) 150 metros.
- (B) 250 metros.
- (C) 15 metros.
- (D) 300 metros.
- (E) 500 metros.

### Questão 15

Considerando os números complexos  $z_1 = 2 + 2i$  e

$z_2 = -1 - i$ , pode-se atestar que o produto de  $z_1$  e  $z_2$  é

- (A)  $4i$ .
- (B)  $-4i$ .
- (C)  $4 + 4i$ .
- (D)  $-4 - 4i$ .
- (E)  $4 - 4i$ .

### Questão 16

A amplitude e o período, em radianos, da função trigonométrica  $f(x) = 3\text{sen}(2x - \pi/3) + 1$  são, respectivamente,

- (A) 3 e  $2\pi$ .
- (B) 3 e  $\pi$ .
- (C)  $3/2$  e  $\pi$ .
- (D) 1 e  $\pi/2$ .
- (E)  $3/2$  e  $2\pi$ .

### Questão 17

Um grupo de 8 crianças está participando de um jogo onde elas podem escolher um entre dois tipos de presentes: um livro ou um brinquedo. Se cada presente for escolhido independentemente, calcule de quantas maneiras distintas pode-se ter exatamente 5 crianças escolhendo livros e 3 escolhendo brinquedos.

- (A) 70
- (B) 1
- (C) 28
- (D) 8
- (E) 56

### Questão 18

Determine o vértice da parábola definida pela função quadrática ( $g(x) = x^2 - 4x + 4$ ).

- (A) (0, 2)
- (B) (-2, 0)
- (C) (0, 0)
- (D) (2, 0)
- (E) (0, -2)

### Questão 19

Ao determinar a representação gráfica da função  $f(x) = \log_2(x+3)$ , pode-se afirmar que, diante de seu comportamento e de suas características, a assíntota pode ser descrita como

- (A) horizontal em  $y = 0$ .
- (B) vertical em  $x = -3$ .
- (C) horizontal em  $y = -1$ .
- (D) vertical em  $x = 0$ .
- (E) vertical em  $x = 3$ .

### Questão 20

Para a realização de uma sessão de brainstorm, dez pessoas se reuniram em uma sala especial que continha apenas quatro cadeiras. Diante de tal, pode-se atestar que o número de combinações possíveis para alocar tais pessoas nas cadeiras disponíveis, considerando que a ordem em que eles se sentam não importa, é de

- (A) 5040.
- (B) 210.
- (C) 15.
- (D) 540.
- (E) 420.

## Noções de Informática

### Questão 21

O sistema operacional Windows 11 tem diversos atalhos de teclado, que são teclas ou combinações de teclas que possibilitam ao usuário uma maneira alternativa de realizar determinada ação sem o uso do *mouse*. Considerando-se o exposto, pode-se afirmar que o atalho utilizado para percorrer os aplicativos na barra de tarefas sem o uso do *mouse* – tal qual explicitado na imagem apresentada a seguir – é composto pelas teclas



- (A) Windows + P.
- (B) Windows + T.
- (C) Ctrl + T.
- (D) Windows + S.
- (E) Ctrl + A.

### Questão 22

O *Calc* do *LibreOffice* é um programa de planilhas eletrônicas que pode ser utilizado em diversas situações, como no cálculo de dados estatísticos. Diante de tal e considerando a tabela apresentada a seguir, para exibir a moda dos dados contidos nela, deve-se recorrer à função

|    | A    | B     |
|----|------|-------|
| 1  |      |       |
| 2  |      |       |
| 3  |      | DADOS |
| 4  |      | 2     |
| 5  |      | 2     |
| 6  |      | 2     |
| 7  |      | 2     |
| 8  |      | 2     |
| 9  |      | 3     |
| 10 |      | 3     |
| 11 |      | 4     |
| 12 |      | 4     |
| 13 |      | 5     |
| 14 |      | 5     |
| 15 |      | 5     |
| 16 | MODA |       |

- (A) =MOD(A4:A15).
- (B) =MODA(A4:A15).
- (C) =MODA(B4:B15).
- (D) =MOD(B4:B15).
- (E) =MODO(B4:B15).

### Questão 23

O sistema operacional *Linux* possibilita a execução de programas em um computador, bem como a criação de arquivos e diretórios. Considerando-se o exposto, marque a opção que indica corretamente o uso do comando **find** no diretório presente junto com o arquivo "seuarquivo.txt".

- (A) find -iname seuarquivo.txt
- (B) find -size +2G ="seuarquivo.txt"
- (C) find /home -type f perm 644
- (D) find /home/user -mtime 30
- (E) find /home/user -iname seuarquivo.txt

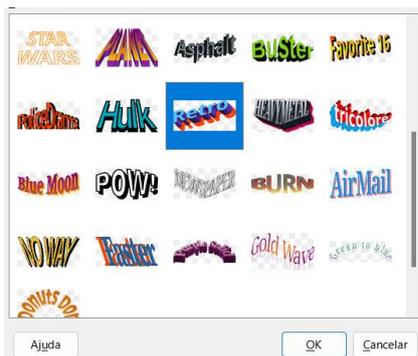
### Questão 24

A calculadora do *Windows 11* é simples e muito poderosa, pois inclui diversos modos de operação que facilitam a vida do usuário. Assim, para realizar operações com o sistema de numeração posicional de base 16 (0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, A, B, C, D, E e F), deve-se recorrer ao modo

- (A) Científica.
- (B) Representação de Sistemas.
- (C) Padrão.
- (D) Representação Binária.
- (E) Programador.

### Questão 25

O LibreOffice Writer é um *software* de escritório gratuito, que oferece diversos recursos para criar objetos de arte de texto gráfico com o intuito de tornar o texto mais atraente. Pensando nisso, para inserir um estilo da galeria a figura apresentada a seguir, deve-se recorrer ao caminho:



- (A) Inserir > Wordart.
- (B) Inserir > Texto Gráfico.
- (C) Estilo > Texto Gráfico.
- (D) Inserir > Fontwork.
- (E) Estilo > ArtTexto.

## Noções de Direito Constitucional

### Questão 26

Dentre as atribuições do Presidente da República, consta o poder de considerar um projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetando-o total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis. No entanto, se o veto presidencial não for mantido pelos Deputados e Senadores, ocorrerá o(a)

- (A) promulgação automática do projeto de lei.
- (B) envio do projeto de lei, para promulgação, ao Presidente da República.
- (C) envio do projeto de lei, para sanção, ao Senado Federal.
- (D) envio do projeto de lei, para promulgação, ao Supremo Tribunal Federal.
- (E) sanção automática do projeto de lei.

### Questão 27

Em sua Seção VII – intitulada "Das Comissões" –, a Constituição Federal de 1988 dispõe que as Comissões Parlamentares de Inquérito

- (A) não podem, na Câmara dos Deputados, apurar fato determinado.
- (B) têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas.
- (C) promovem, quando concluídas as investigações, a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- (D) são instauradas mediante a requerimento de dois terços dos membros do Congresso Nacional.
- (E) são vedadas de serem criadas pelo Senado Federal, independentemente de seu tipo.

### Questão 28

O órgão do Poder Judiciário sediado na Capital Federal e que, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, tem alguns de seus membros nomeados pelo Presidente da República é o

- (A) Conselho Nacional de Justiça.
- (B) Tribunal de Contas da União.
- (C) Conselho Nacional do Ministério Público.
- (D) Conselho da República.
- (E) Conselho de Defesa Nacional.

### Questão 29

No Brasil, é possível que seja decretado o estado de sítio em caso de declaração de estado de guerra, de resposta a agressão armada estrangeira ou diante de comoção grave de repercussão nacional ou de ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa. De acordo com a Constituição Federal de 1988, tal dispositivo burocrático configura-se como ato extremo, de competência

- (A) privativa da Câmara dos Deputados.
- (B) privativa do Conselho da Defesa Nacional.
- (C) privativa do Presidente da República.
- (D) exclusiva do Senado Federal.
- (E) exclusiva do Congresso Nacional.

### Questão 30

A Constituição Federal de 1988 traz diversos princípios fundamentais para a República Federativa do Brasil, a qual se configura como um Estado Democrático de Direito fundado no(a)

- (A) repúdio ao terrorismo e ao asilo político.
- (B) socialismo.
- (C) soberania.
- (D) violabilidade do direito à vida.
- (E) libertarianismo.

### Questão 31

Essenciais ao regime democrático, os partidos políticos devem ser criados – dentre outros requisitos – seguindo um caráter nacional, sendo proibido o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros. Além da livre criação, os partidos políticos podem ser objeto de

- (A) coligação ou cancelamento.
- (B) fusão, interdição ou reversão.
- (C) suspensão, interdição ou extinção.
- (D) fusão, incorporação e extinção.
- (E) extinção ou reversão.

### Questão 32

A Constituição Federal de 1988 garante, independentemente de censura ou licença, a livre expressão da

- (A) atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.
- (B) atividade civil, paramilitar, sindical ou partidária.
- (C) da reunião associativa para fins religiosos, ilícitos ou filosóficos.
- (D) intimidade, da honra e da imagem das pessoas.
- (E) crença religiosa, ideológica e da intimidade das pessoas.

### Questão 33

*Espalhadas em algumas partes da Constituição Federal, eram vistas inicialmente como declarações desprovidas de qualquer eficácia jurídica, ou seja, sem contemplar objetivamente direitos e obrigações exigíveis contra o Estado, não passando de exortações éticas ou morais.*

Considerando-se o exposto, pode-se afirmar que o excerto em questão refere-se às normas

- (A) programáticas.
- (B) limitadas.
- (C) originárias.
- (D) outorgadas.
- (E) consuetudinárias.

### Questão 34

Alguns habitantes do Município X se manifestaram para propor um projeto de lei de interesse local para ser votado pelo Poder Legislativo Municipal. Segundo as disposições da Constituição Federal de 1988, para que tal iniciativa popular seja possível, é necessário que a manifestação dos referidos munícipes represente

- (A) não mais do que vinte por cento do eleitorado.
- (B) entre cinco e dez por cento do eleitorado.
- (C) pelo menos, vinte por cento do eleitorado.
- (D) não mais do que dez por cento do eleitorado.
- (E) pelo menos, cinco por cento do eleitorado.

### Questão 35

Nas eleições municipais de 2024, Tício – de 19 anos – pretende concorrer ao mandato de Prefeito, ao passo que Sérgio – de 20 anos – pretende concorrer ao mandato de Vereador. Considerando-se as condições de elegibilidade previstas na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) para concorrerem, respectivamente, aos mandatos de Prefeito e Vereador, Tício e Sérgio precisariam ter 21 anos.
- (B) Tício não pode concorrer ao mandato de Prefeito, mas tem idade mínima para concorrer ao mandato de Vereador.
- (C) Sérgio não tem idade mínima para concorrer ao mandato de Vereador, mas pode concorrer ao mandato de Prefeito.
- (D) para concorrerem a qualquer cargo eletivo, Tício e Sérgio deveriam contar com, ao menos, 21 anos.
- (E) Tício e Sérgio tem a idade mínima exigida para concorrerem, respectivamente, aos mandatos de Prefeito e Vereador.

## Noções de Direito Penal e Processual

### Questão 36

À luz do Código Processual Penal pátrio, tem-se que o processo penal rege-se-á, em todo o território brasileiro, por este Código, ressalvados, apenas

- (A) a aplicação de suas normas desde logo, mesmo que ocorra prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, dentre outras situações.
- (B) os processos da competência da Justiça Eleitoral, dentre outras situações.
- (C) a observância dos direitos do preso, podendo determinar que este seja conduzido à presença, a qualquer tempo, dentre outras situações.
- (D) as prerrogativas constitucionais do Presidente da República, dos ministros de Estado, nos crimes conexos com os do Presidente da República, e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade, dentre outras situações.
- (E) os processos por crimes contra a administração pública, dentre outras situações.

### Questão 37

O princípio da irretroatividade da lei penal brasileira é uma das garantias jurídicas fundamentais do nosso ordenamento jurídico. Considerando-se o exposto, pode-se atestar que tal princípio estabelece que as leis penais brasileiras

- (A) não devem retroagir, ou seja, elas não podem ser aplicadas a fatos ocorridos antes da sua vigência, a menos que o juiz do caso entenda que sim. A isso chamamos de princípio da irretroatividade mitigada, decorrente do princípio da segurança jurídica, o qual estabelece que as leis devem ser claras e previsíveis, de modo a garantir a estabilidade das relações jurídicas e a proteção dos direitos dos cidadãos. Assim, a aplicação de uma lei penal a fatos ocorridos no passado violaria o direito à segurança jurídica, uma vez que os indivíduos não teriam como prever as consequências de seus atos.
- (B) sempre podem retroagir, ou seja, elas podem ser aplicadas a fatos ocorridos, desde que o fato seja grave e cause danos substanciais às vítimas, mesmo antes da vigência da lei. O princípio da irretroatividade é decorrente do princípio da segurança jurídica, o qual estabelece que as leis devem ser claras e previsíveis, de modo a garantir a estabilidade das relações jurídicas e a proteção dos direitos dos cidadãos. Assim, a aplicação de uma lei penal a fatos ocorridos no passado violaria o direito à segurança jurídica, exceto nos casos mais graves, uma vez que os indivíduos sempre podem prever as consequências de seus atos.
- (C) podem retroagir, ou seja, elas podem ser aplicadas a fatos ocorridos antes da sua vigência. O princípio da irretroatividade é decorrente do princípio da insegurança jurídica, o qual estabelece que as leis devem ser claras e previsíveis, de modo a garantir a estabilidade das relações jurídicas e a proteção dos direitos dos cidadãos. Assim, a aplicação de uma lei penal a fatos ocorridos no passado garantiria o direito à segurança jurídica, uma vez que os indivíduos teriam como prever as consequências de seus atos.
- (D) não podem retroagir, ou seja, elas não podem ser aplicadas a fatos ocorridos antes da sua vigência. O princípio da irretroatividade é decorrente do princípio da segurança jurídica, o qual estabelece que as leis devem ser claras e previsíveis, de modo a garantir a estabilidade das relações jurídicas e a proteção dos direitos dos cidadãos. Assim, a aplicação de uma lei penal a fatos ocorridos no passado violaria o direito à segurança jurídica, uma vez que os indivíduos não teriam como prever as consequências de seus atos.
- (E) não podem retroagir, ou seja, elas não podem ser aplicadas a fatos ocorridos antes da sua vigência, a menos que sejam declaradas ultrativas. O princípio da irretroatividade é decorrente do princípio da segurança jurídica, o qual estabelece que as leis devem ser claras e previsíveis, de modo a garantir a estabilidade das relações jurídicas e a proteção dos

direitos dos cidadãos. Assim, a aplicação de uma lei penal a fatos ocorridos no passado violaria o direito à segurança jurídica, uma vez que os indivíduos não teriam como prever as consequências de seus atos.

### Questão 38

A Lei Federal nº 8.072/1990 – com diversas alterações posteriores – dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do Art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal de 1988, e determina outras providências. Considerando o texto legal vigente, é correto atestar que

- (A) a prisão temporária, disposta em lei específica, nos crimes previstos na Lei de Crimes Hediondos, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade.
- (B) o participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, ficará isento de sua pena.
- (C) os municípios manterão estabelecimentos penais, de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou incolumidade pública.
- (D) em caso de sentença condenatória, não caberá ao juiz decidir, mesmo que fundamentadamente, se o réu poderá apelar em liberdade.
- (E) é considerado hediondo o crime de Roubo – tipificado no Art. 157 do Código Penal – qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

### Questão 39

Na forma do Código de Processo Penal (CPP), após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente, decidir por

- (A) relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do Art. 312 do CPP, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do Art. 312 do CPP, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança, mesmo que o o agente seja reincidente ou que integre organização criminosa armada ou milícia, ou que porte arma de fogo de uso restrito.
- (C) relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em definitiva, quando presentes os requisitos constantes do Art. 312 do CPP, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou conceder livramento condicional, com ou sem fiança.
- (D) relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em temporária, quando presentes os requisitos constantes do Art. 312 do CPP, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (E) relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do Art. 312 do CPP, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou conceder liberdade provisória.

## Questão 40

O crime de Lesão Corporal está inserido no Título dos Crimes contra a Pessoa, registrado no Artigo 129 do Código Penal – o qual pune a conduta de ofender a integridade física ou a saúde de outra pessoa. O referido artigo prevê quatro categorias de lesão corporal: leve, grave, gravíssima e seguida de morte. Importa ressaltar que, para os crimes cometidos em contexto de violência doméstica, conforme §§ 9º e 10º da mencionada norma, a pena para a lesão leve passa para 3 meses a 3 anos de reclusão, sendo que para as demais categorias são aumentadas em 1/3. Para o caso de delito em ambiente doméstico, contra pessoa com deficiência, a pena também é aumentada em 1/3. Além das citadas causas de aumento da pena anteriormente mencionadas, tem-se, ainda, que, se a lesão for praticada contra autoridade ou agente descrito nos Artigos 142 e 144 da Constituição Federal de 1988, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição, a pena

- (A) será de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
- (B) será reduzida de um sexto a um terço.
- (C) é aumentada da metade.
- (D) será de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos.
- (E) é aumentada de um a dois terços.

## Legislação De Trânsito

---

### Questão 41

O processo administrativo no contexto do trânsito brasileiro é regido pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), uma legislação abrangente que estabelece as normas e os procedimentos a serem seguidos para garantir a segurança e a ordem nas vias públicas. No que diz respeito ao processo administrativo, atesta-se que:

- (A) O pagamento da multa, com reconhecimento da infração e requerimento de encerramento do processo na fase em que se encontra, sem apresentação de defesa ou recurso, implicam no encerramento da instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades.
- (B) A cobrança moratória será aplicada para fins de licenciamento e transferência, ainda que não tenha sido encerrada a instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades.
- (C) A notificação a pessoal de missões diplomáticas, de repartições consulares de carreira e de representações de organismos internacionais e de seus integrantes será remetida ao Ministério dos Transportes para as providências cabíveis e cobrança dos valores, no caso de multa.
- (D) O pagamento da multa poderá ser efetuado até a data do vencimento expressa na notificação, por oitenta por cento do seu valor. O recolhimento do valor da multa implica renúncia ao questionamento administrativo.
- (E) O prazo para expedição da notificação da autuação referente às penalidades de suspensão do direito de dirigir será contado a partir da data da infração objeto do processo destinado à aplicação dessas penalidades.

## Questão 42

O Sistema Nacional de Trânsito (SNT) é composto por diversos órgãos e entidades, cada qual com funções específicas e complementares, visando garantir a segurança e a fluidez do tráfego nas vias públicas. Sobre sua composição e competências, pode-se atestar que

- (A) compete ao CONTRAN, dentre outras atribuições, coordenar os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, objetivando a integração de suas atividades e estabelecer as diretrizes do regimento das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações.
- (B) compete ao Ministro dos Transportes designar o responsável pela coordenação máxima do Sistema Nacional de Trânsito, ao qual estará vinculado o CONTRAN e subordinado o órgão máximo executivo de trânsito da União.
- (C) compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal normatizar o processo de formação do candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, estabelecendo seu conteúdo didático-pedagógico, carga horária, avaliações, exames, execução e fiscalização.
- (D) devem ser convidados a participar de reuniões do CONTRAN, sem direito a voto, representantes de órgãos e entidades setoriais responsáveis ou impactados pelas propostas ou matérias em exame, observando-se que o quórum de votação e de aprovação no CONTRAN é o de maioria relativa.
- (E) compete ao Presidente da República nomear os presidentes dos CETRAN e do CONTRANDIFE, que deverão ter reconhecida experiência em matéria de trânsito. Os membros dos CETRAN e do CONTRANDIFE são nomeados pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente.

## Questão 43

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) estabelece direitos e deveres tanto para os pedestres quanto para os condutores de veículos não motorizados, como bicicletas e patinetes elétricos, visando garantir a segurança e a convivência harmoniosa no trânsito. Nesse contexto, a legislação brasileira de trânsito, determina que:

- (A) Nos trechos urbanos de vias rurais e nas obras a serem construídas, é prevista uma área de circulação dos pedestres – os quais deverão, nessas condições, usar ou ciclovias.
- (B) Os condutores de veículos não motorizados devem trafegar pelas vias destinadas aos veículos automotores, desde que estejam utilizando equipamentos de segurança, como capacete e sinalização luminosa.
- (C) Nas vias rurais, quando não houver acostamento ou quando não for possível a utilização dele, a circulação de veículos, na pista de rolamento, será feita com prioridade sobre os pedestres, pelos bordos da pista, em fila única, no sentido do deslocamento de veículos.
- (D) Nos locais em que houver sinalização semafórica de controle de passagem será dada preferência aos pedestres que não tenham concluído a travessia, mesmo em caso de mudança do semáforo liberando a passagem dos veículos.
- (E) Ao pedestre é assegurada a utilização dos passeios ou passagens apropriadas das vias urbanas e dos acostamentos das vias rurais para circulação, sendo em qualquer hipótese vedado à autoridade competente permitir a utilização de parte da calçada para outros fins.

## Questão 44

No Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a identificação de veículos é uma questão central para garantir a segurança e a ordem no tráfego, de modo que todo veículo deve apresentar placas de identificação visíveis e legíveis. Além da identificação, o CTB também estabelece que

- (A) os veículos licenciados no exterior não poderão sair do território nacional sem o prévio pagamento ou o depósito, judicial ou administrativo, dos valores correspondentes às infrações de trânsito cometidas e ao ressarcimento de danos que tiverem causado ao patrimônio público ou de particulares, independentemente da fase do processo administrativo ou judicial.
- (B) o veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações. Os caracteres das placas serão individualizados para cada veículo e o acompanharão até a baixa do registro, sendo permitido seu reaproveitamento apenas para as placas com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional.
- (C) o veículo não licenciado há dez anos ou mais e que contar com vinte anos ou mais de fabricação terá o seu registro atualizado com indicativo de "frota isenta" automaticamente na Base de Índice Nacional (BIN), pelos respectivos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.
- (D) o proprietário de veículo irrecuperável, ou destinado à desmontagem, deverá requerer a baixa do registro, no prazo e forma estabelecidos pelo CONTRAN, sendo vedada a remontagem do veículo sobre o mesmo chassi para manter o registro anterior. A existência de débitos fiscais ou de multas de trânsito e ambientais vinculadas ao veículo impede a baixa do registro.
- (E) o veículo será identificado obrigatoriamente por caracteres gravados no chassi ou no Renavam, reproduzidos em outras partes. A gravação será realizada pelo fabricante ou montador, de modo a identificar o veículo, seu fabricante e as suas características, além do ano de fabricação, que não poderá ser alterado.

## Questão 45

A segurança dos veículos é um aspecto fundamental para garantir a proteção dos ocupantes e a integridade de todos os usuários das vias públicas. Assim, o Código de Trânsito Brasileiro estabelece que um veículo só pode transitar pela via se estiver em conformidade com os requisitos e condições de segurança determinados pelo próprio CTB, bem como pelo CONTRAN. Dentre tais requisitos, consta que:

- (A) O equipamento gerador de imagem cartográfica – destinado a orientar o condutor quanto ao funcionamento do veículo e a sua visualização interna e externa – deve ter instalação provisória e estar fixado no para-brisa ou no painel dianteiro, quando o veículo estiver em circulação.
- (B) É permitida a instalação, na parte dianteira do veículo, de equipamento gerador de imagens para fins de entretenimento, desde que este apresente mecanismo que o torne inoperante ou o converta para a função de informação de auxílio à orientação, mediante ação do condutor, quando o veículo estiver em movimento.
- (C) É proibida a instalação, em veículo automotor, de equipamento capaz de gerar imagens para fins de entretenimento, ainda que somente os passageiros ocupantes dos bancos traseiros possam visualizar as imagens.
- (D) Os equipamentos destinados a orientar o condutor quanto ao funcionamento do veículo serão revistos pelo fabricante do veículo na revisão obrigatória e utilizados como acessório de caráter permanente.
- (E) É proibida a instalação de aparelho gerador de imagem cartográfica com interface de geoprocessamento destinado a orientar o condutor quanto ao funcionamento do veículo ou sistema de auxílio à manobra.

## Questão 46

A habilitação para dirigir é um processo que envolve preparação teórica e prática, visando formar condutores responsáveis e aptos a contribuir para a segurança no trânsito. Nesse sentido, nos termos da legislação brasileira, considera-se que

- (A) a realização dos exames de habilitação, inclusive os de direção veicular, poderá ser aplicada por entidades públicas ou privadas credenciadas pelo órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.
- (B) para habilitar-se na categoria C, o condutor deverá estar habilitado, no mínimo, há ~~dois anos~~ na categoria B e não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos 12 meses.
- (C) para habilitar-se a conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal o condutor deverá submeter-se às regras estabelecidas pelo Departamento Estadual de Trânsito.
- (D) a Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término de um ano, desde que não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.
- (E) para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá ser maior de vinte e um anos e não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos dois anos.

## Questão 47

As penalidades no trânsito são essenciais para manter a segurança e a ordem nas vias públicas. Elas funcionam como um sistema de freios, desencorajando comportamentos inadequados e promovendo o respeito às normas e aos demais usuários da via. Nesse aspecto, o Código de Trânsito Brasileiro determina que:

- (A) Em infração cometida com veículo licenciado no exterior, em trânsito no território nacional, a multa respectiva deverá ser paga antes de sua saída do país, sob pena de recolhimento do passaporte ou cassação do visto.
- (B) A aplicação das penalidades previstas no Código Brasileiro de Trânsito exime as punições originárias de ilícitos penais decorrentes de crimes de trânsito dos condutores que se submeterem aos cursos de reciclagem frequência obrigatória.
- (C) O proprietário do veículo será sempre responsável pelo pagamento da penalidade de multa, independente da infração cometida, até mesmo quando o condutor for indicado como condutor-infrator, exceto as infrações resultantes de excesso de peso que obedecem a determinação própria.
- (D) As multas serão impostas e arrecadadas pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a unidade da Federação do licenciamento do veículo, que providenciará a notificação.
- (E) A Carteira Nacional de Habilitação do condutor será recolhida em caso de suspensão do direito de dirigir e seu titular, imediatamente após cumprida a penalidade e o curso de reciclagem, deverá se submeter a novo processo de habilitação.

## Questão 48

A fiscalização do consumo de álcool e outras substâncias psicoativas que possam afetar a capacidade de dirigir é uma medida crucial para garantir a segurança no trânsito. Diante de tal, as autoridades de trânsito e seus agentes devem seguir procedimentos específicos para realizar essa fiscalização de maneira eficiente e justa. Quanto a essa política de fiscalização, é correto afirmar que

- (A) o agente deverá recolher o documento de habilitação, que ficará sob custódia do órgão ou entidade de trânsito responsável pela autuação, até que o condutor comprove que está com a capacidade psicomotora alterada.
- (B) a fiscalização do consumo, pelos condutores de veículos automotores, de bebidas alcoólicas e de outras substâncias psicoativas que determinem dependência deve ser procedimento operacional extraordinário dos órgãos de trânsito.
- (C) os sinais de alteração da capacidade psicomotora poderão ser verificados por exame clínico com laudo conclusivo e firmado por médico perito; ou constatação, pelo agente da Autoridade de Trânsito, dos sinais de alteração da capacidade psicomotora, e deverão ser descritos no auto de infração ou em termo específico que contenha as informações.
- (D) a realização do exame de alcoolemia para as vítimas fatais de acidentes de trânsito é facultativa, desde que o veículo seja retido até a apresentação de condutor habilitado, que também será submetido à fiscalização.
- (E) o crime de dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência poderá ser caracterizado por exame de sangue que apresente resultado inferior a seis decigramas de álcool por litro de sangue (6 dg/L).

## Questão 49

O Código Brasileiro de Trânsito estabelece diversos modos de sinalização de advertência para os veículos, dentre as quais se estabelece que o condutor

- (A) manterá acesos os faróis do veículo, por meio da utilização da luz alta à noite, bem como durante o dia, caso esteja trafegando em túneis ou sob condição de chuva, neblina ou cerração.
- (B) poderá fazer uso de buzina somente em toque longo para realizar as advertências necessárias a fim de evitar sinistros em áreas urbanas, bem como quando for conveniente advertir a um condutor que tente ultrapassá-lo.
- (C) deverá, em situação de emergência, acionar de imediato as luzes de advertência (pisca-alerta) do veículo que estiver imobilizado no leito viário, providenciando a colocação do triângulo de sinalização ou equipamento similar à distância mínima de 30 metros da parte traseira do veículo.
- (D) deverá observar constantemente as condições físicas da via, obedecendo aos limites de velocidade estabelecidos. Sempre que quiser diminuir a velocidade de seu veículo, deverá indicar, com o uso do pisca-alerta, a manobra de redução de velocidade.
- (E) deverá entrar em uma interseção, obstruindo ou impedindo a passagem do trânsito transversal, sempre que for necessária a imobilização temporária do veículo na área de cruzamento.

## Questão 50

Os crimes de trânsito são punidos de acordo com a gravidade da infração e podem resultar em diversos tipos de penalidades. Com essas medidas, a legislação busca coibir comportamentos irresponsáveis e garantir a segurança de todos os usuários das vias públicas. Acerca dos crimes de trânsito e suas especificidades, pode-se destacar que:

- (A) Ao réu que for reincidente na prática de crime previsto no Código de Trânsito do Brasil, o juiz aplicará a penalidade de suspensão da permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.
- (B) Ao condutor de veículo, nos casos de sinistros de trânsito que resultem em vítima, não se imporá a prisão em flagrante, sendo exigida fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.
- (C) A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor não pode ser imposta isolada ou cumulativamente com outras penalidades.
- (D) A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de seis meses a dois anos.
- (E) A utilização do veículo sem placas, com placas falsas ou adulteradas é tida como circunstância que agravam as penalidades dos crimes de trânsito apenas se o condutor que tiver cometido a infração for concomitantemente o proprietário do veículo.